



TRABALHO, MORADIA E CIDADE: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE TRABALHADORES DO “POUSO FRIO” DE TOLEDO/PR (1948/1988)

MARIA CRISTINA DE CASTRO PEREIRA¹

A cidade de Toledo, no oeste paranaense, têm nos seus monumentos, ruas, avenidas e espaços públicos as marcas de políticas oficiais de construção e preservação de determinada memória sobre o viver na cidade em suas primeiras décadas de existência. Em linhas gerais, uma memória que tenta ocultar a diversidade e os conflitos, enfatizando apenas a atuação dos chamados “pioneiros”, pequenos proprietários, descendentes de italianos e alemães, que vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul nas décadas de 1940-1950.

Não só os gestores públicos, como também a produção acadêmica, têm sido omissos em relação à presença e importância de milhares de trabalhadores pobres no processo histórico de constituição da cidade de Toledo. Trabalhadores vindos de diversas regiões do Brasil e do Paraguai, em busca de melhores condições de vida e trabalho que, em grande número, ocuparam uma ampla área na cidade, chamada de “Pouso Frio”.

Num texto publicado no jornal “Nova Geração”², as condições de vida e moradia encontradas no Pouso Frio são apontadas pelos próprios moradores entrevistados pela equipe do jornal: fundos de terrenos mal divididos, comportando até quatro “ranchinhos” de pequeno porte; falta de iluminação pública (gerando gastos com querosene e gás, além de impossibilitar o funcionamento de comércios que necessitavam de energia elétrica na região, obrigando os moradores a se deslocarem até o centro da cidade); medo de reformar ou ampliar

1 Mestranda do Programa de Pós Graduação em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Bolsista CAPES.

2 O Jornal **Nova Geração** foi uma fusão de outros dois jornais da cidade, o **Tribuna do Comércio** e o **O Atecano**. O primeiro jornal era produzido pela ACIT (Associação Comercial e Empresarial de Toledo), enquanto o segundo pela ATEC (Associação Toledana dos Estudantes em Curitiba). Ambos tinham circulação mensal. **Nova Geração** circulou mensalmente entre os anos de 1973 e 1978, e tinha como redator chefe Oscar Silva e Nelton Friedrich como diretor proprietário, ambos com vínculo com a antiga **Tribuna do Comércio**. Em 1977, constava como diretor geral Edílio Ferreira. Este jornal possui dois momentos: um primeiro em que se pauta era composta por muitas matérias locais e regionais, com a particularidade de haver grande interesse nas relações dessas dimensões com o governo estadual e outro verificado em 1978, quando o jornal apresentava uma pauta diferenciada e, no editorial de cinco de setembro daquele ano, foram apontadas questões que orientariam seu perfil, após ficar um tempo fora de circulação. Nesse momento, o veículo de informação se engajou no processo de abertura política do regime militar e efetuava críticas à ditadura, além de dar visibilidade ao MDB e à luta, como a “anistia”. Sem abandonar por completo as notícias locais e regionais, a pauta desse jornal passou a ser composta por matérias sobre o Brasil e a América Latina e, dessa maneira, conferia-lhes amplo destaque. In: LANGARO, Jiani Fernando. Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012, p. 62.

casas e perder o investimento (os moradores temiam perder suas casas, já que desconheciam os donos das terras); entre outras dificuldades.

Em meados do século XX, não só no oeste paranaense, mas em todo o Brasil foram experimentadas intensas movimentações territoriais de trabalhadores pobres. A população brasileira, antes predominantemente rural, experimentou um rápido desenvolvimento urbano³ – caracterizado pela privação de condições básicas de urbanidade e inserção efetiva na cidade à boa parte da população (ROLNIK, 2006, p. 199). Para estes moradores pobres, assentados em áreas periféricas da cidade, comumente classificadas por gestores públicos e engenheiros como áreas “irregulares” e “ilegais”, foram bloqueadas as oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades podem oferecer.

Segundo Raquel Rolnik, as “periferias” e “favelas” do país têm sido alvo, nas últimas décadas, de pequenos e pontuais investimentos em infraestrutura, que, “diante da ambiguidade de inserção legal destes assentamentos à cidade”, são interpretados por muitos beneficiários e concedentes, como favores, que devem ser recompensados por lealdades políticas (ROLNIK, 2006, p. 201). Na cidade de Toledo, a suposta iniciativa de um ou outro grupo político de promover a regularização⁴ da área de ocupação, na década de 1980, chamada de Pouso Frio, ainda é alvo de disputas em épocas eleitorais.

Na campanha eleitoral de 2012, por exemplo, o candidato à prefeitura municipal, João Carlos Poletto (PP – Partido Progressista), apresentou em página eletrônica⁵, sua trajetória familiar e profissional, com destaque para sua atuação na execução de ações que “levaram Toledo a vivenciar este momento de franco desenvolvimento”. Entre estas ações, poucas são específicas como a regularização do Pouso Frio, sendo as outras mais amplas e vagas, como “programas de urbanização, habitação, saúde e educação”.

Em outra ocasião, a associação de Duílio Genari (naquele momento líder do Bloco Parlamentar PP/PV/PTB/PSL, na Assembleia Legislativa) ao processo de regularização do

3 O contingente populacional rural em 1950 era de 33.161.506 habitantes, enquanto a população urbana era de 18.782.891 habitantes. Em 1960 esse número cresce para 31.303.034 habitantes, com a população rural mantendo-se em torno de 38.767.423 habitantes. A inversão populacional ficou mais evidente na década de 1970: 41.054.053 habitantes no campo e 52.084.984 habitantes nas cidades. In: SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/franciellesandoval.pdf>. Acessado em: 14/11/2014.

4 Regularização não necessariamente acompanhada da remoção das diferenças físicas, urbanísticas, administrativas e simbólicas que separavam esta área do restante da cidade marcando diferenças de condição e direito à cidade.

5 Disponível em: <http://www.joaopoletto.com.br/site/?pag=4&t=Jo%E3o%20Poletto%20-%20PP&banner=off>. Acessado em 25/06/2013.

Pouso Frio também foi realizada. Ao ganhar a comenda “Ordem Estadual do Pinheiro”⁶ pelo governador Beto Richa (PSDB) em 2011, o “Jornal do Oeste”⁷ destacou sua atuação como prefeito no município de Toledo em 1976-1980, destacando justamente como de sua autoria, os projetos de “reurbanização” do Pouso Frio e a criação do Centro Social Urbano neste bairro⁸. Cabe destacar que os bairros que compõem hoje a “Grande Pioneira”, antigo Pouso Frio, é o mais populoso da cidade e certamente com proporcional número de eleitores.

A interpretação da regularização do Pouso Frio que identifica nos políticos locais os sujeitos que “concederam” a legalização dos lotes e acesso a outros serviços públicos a aproximadamente 2.500 famílias moradoras desta área é equivocada. Em primeiro lugar, porque oculta e silencia a atuação destes sujeitos neste processo histórico, caracterizado supostamente pela edificação de transformações harmônicas e consensuais no bairro. Em segundo lugar, por que já em 1965 foi votado um tratado na ONU em que o direito à moradia (num sentido amplo) é inserido num conjunto maior de direitos econômicos, sociais e culturais (para além das lutas e medidas adotadas pelo Estado Brasileiro) – não sendo, portanto, uma “concessão” de políticos locais que deveria ser retribuída com votos.

O direito à moradia é, portanto, um direito humano. E como destacou pertinentemente Raquel Rolnik, a moradia não é apenas um objeto físico de quatro paredes, mas uma possibilidade de acesso aos meios de vida: água, educação, saúde, entre outros (ROLNIK, 2011, p. 37). Neste sentido, Rolnik define uma “moradia adequada” da seguinte maneira:

Uma moradia adequada tem que oferecer uma proteção contra o frio, a neve, as intempéries, as chuvas e o calor excessivo: tem que proteger a pessoa. Mas também, uma moradia adequada é aquela que está ligada a uma infraestrutura. Portanto, tem que necessariamente oferecer para quem mora nela, condições de acesso à água segura, de esgoto e de lixo. Ao mesmo tempo, não pode estar num sítio numa situação contaminada, poluída, ou seja, tem que estar num lugar limpo, com ar

⁶ A Comenda “Ordem Estadual do Pinheiro” foi instituída pelo Decreto 2.877, de 1º de dezembro de 1971, com a finalidade de “galardoar - ou homenagear - brasileiros, estrangeiros, civis e militares, que se hajam distinguido pela notoriedade do saber ou por serviços relevantes prestados ao Estado do Paraná”.

⁷ Jornal criado em 1984, como propriedade de Jacó Carlos Diel, desde então o principal periódico da cidade. Em sua primeira edição, de 20 de maio de 1984, possuía uma tiragem de três mil exemplares, número que praticamente dobrou em julho do mesmo ano. Em julho de 1985 já chegava a oito mil exemplares. Desde sua primeira edição apresentava o formato standard com apenas seis páginas, mas em 1985 (quando a circulação deixou de ser semanal para tornar-se diária) passou a contar com oito. Em 2010 as edições publicadas em dias úteis possuíam 24 páginas, enquanto a dominical chegava a 32. In: LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo”** nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012.

⁸ Deputado Duílio recebe Comenda do Pinheiro nesta segunda-feira. **Jornal do Oeste**. Toledo/PR. 16/12/2011. Disponível em: <http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/estado/deputado-duilio-recebe-comenda-do-pinheiro-nesta-segunda-feira-14198/>. Acessado em: 20/07/2014.

limpo, etc. a partir dela deve ser possível, também, acessar uma rede de equipamentos de saúde, de educação, de cultura, que permita a família que mora ali naquela moradia as possibilidades de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social. Além disso, e aí eu já vou entrar nesse outro elemento - que é a própria localização - ela tem que permitir o acesso aos meios de vida. Então, a moradia adequada de um pescador é na beira do mar. Assim como, a moradia para o trabalhador na indústria é no lugar onde o emprego existe ou que ele tem transporte rápido e acessível de acordo com seu bolso para poder acessar as oportunidades de trabalho e emprego. (...) O custo relacionado à moradia, seja ele um aluguel, seja ele uma prestação, seja ele o custo de pagar a infraestrutura, o condomínio, etc, não pode comprometer a capacidade que aquela família tem de ver seus outros direitos humanos satisfeitos. Ou seja, ela não pode deixar de se vestir, de se educar, porque tem que pagar pela moradia. (ROLNIK, 2011, p. 39).

A definição formulada por Raquel Rolnik amplia significativamente a noção de moradia. Não só uma estrutura física de quatro paredes, a moradia significa também um meio de obtenção de uma rede de serviços (água, esgoto, coleta de lixo, etc.) e possibilidades de acesso efetivo à cidade, permitindo o desenvolvimento econômico e social de seus moradores. Neste sentido, o direito à moradia é também um direito à cidade. Outro elemento destacado por Rolnik é o direito a não ser removido de sua moradia. Segundo Rolnik, antes de haver uma remoção “deve existir todo um processo em que as comunidades tenham o direito de participar das discussões do seu destino, de se pensar em alternativas à remoção, de discutir o processo de reurbanização, quer dizer, a remoção deve ser a última alternativa, não a primeira”. E se a remoção ocorrer, que suas consequências possam ser remediadas através de indenizações e reassentamentos (que deve considerar não apenas a qualidade da moradia, como também a localização, mantendo os moradores ou a comunidade o mais próximo possível de seu local original) (ROLNIK, 2011, p. 40).

A área de ocupação chamada de Pouso Frio na cidade de Toledo/PR, nas décadas de 1970-80, foi palco de transformações que, entre outras implicações, provocou a remoção de dezenas de famílias para outros espaços do bairro e da cidade. A regularização desta área foi acompanhada, entre outras coisas, do realinhamento, alargamento e abertura de ruas; realinhamento de cercas e muros; drenagem de áreas alagadiças e recuo e transporte de casas. Estas transformações foram viabilizadas por um financiamento realizado pelos gestores públicos junto ao governo federal: o Projeto CURA⁹. A remoção das famílias que ocupavam

9 O Projeto Cura – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – foi criado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação – no âmbito da política nacional de saneamento, oriundo do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), instituído em 1970. Sobre o projeto, Bortolotti (2007, p. 137 apud SANDOVAL) argumenta que os investimentos retornavam através da cobrança de impostos e da contribuição de melhorias à população. Este tipo de projeto era diferente de outras intervenções urbanas pela preocupação financeira e econômica, e não uma proposta de alcance social. Os bairros nos quais o Projeto CURA era aplicado não eram necessariamente os que

espaços no bairro que seriam utilizados para outros fins (ruas, área de preservação permanente, etc.) significou uma alteração nas redes de sociabilidades construídas por estes sujeitos, interferindo também nas distâncias em relação aos lugares frequentados para o lazer, para o trabalho e para a educação. Múltiplos e complexos foram os impasses na execução do Projeto CURA no Pouso Frio, promovidos pela atuação dos trabalhadores nas negociações realizadas entre eles e funcionários públicos responsáveis pelo encaminhamento do Projeto, além das pressões e resistências vivenciadas e elaboradas por estes diferentes sujeitos.

Com esta intenção, a noção de moradia é aqui edificada como um direito humano, que é possível a partir da criação de políticas sociais, mas na medida em que se contrapõe a visão da moradia simplesmente como uma mercadoria ou como problema individualizado. Sua dimensão coletiva e social é posta em questão. Este entendimento é também pertinente ao denunciar a falência da ideia de que o mercado seria capaz de proporcionar moradia a todos (ROLNIK, 2008; SOUZA, 1995). Certamente é no campo do Estado e das políticas públicas que a questão da moradia deve ser abordada. Rolnik indica que é justamente para isso que existe o Estado: “para reequilibrar situações que, no âmbito puramente do mercado, são completamente assimétricas e desiguais” (ROLNIK, 2008, p.149). E apesar de um número significativo de países reconhecerem o direito à moradia, poucos transformam isso em possibilidades concretas de cidadãos violados neste direito poderem, por exemplo, recorrer ao judiciário e ganhar processos contra o poder público ou proprietários privados (ROLNIK, 2008, p. 148).

Ao orientar a investigação para a constituição e regularização do Pouso Frio, privilegio a problematização dos significados das experiências dos sujeitos que viveram nesta área: suas estratégias de sobrevivência; inserção no mercado de trabalho; problemas enfrentados; condições de moradia; expectativas; e por fim, a interpretação que fazem atualmente deste processo. Outra questão a ser abordada diz respeito às circunstâncias ou formas pelas quais os entrevistados tomaram conhecimento e passaram a participar da ocupação do Pouso Frio. João Carlos de Souza, ao investigar as vivências e experiências dos

possuíam infraestrutura precária, mas sim aqueles localizados em regiões estratégicas da cidade, com fluxo significativo e potencial de ascensão dentro do plano urbano, visando tanto o benefício econômico/comercial da cidade, quanto a quitação do empréstimo realizado pelo BNH para o projeto. In: SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/franciellesandoval.pdf>. Acessado em: 14/11/2014.

moradores de quatro áreas de ocupação de terras na Zona Leste de São Paulo, se coloca algumas questões interessantes e pertinentes também para minha própria pesquisa:

Que expectativas e valores o migrante tem ao chegar à cidade? Como suas expectativas e valores são reelaborados ou não no novo cotidiano do meio urbano, nas novas relações sociais com as quais têm que lidar, na resolução de problemas, entre eles o da sobrevivência, o do trabalho e, mais particularmente, o da moradia? Como se lhe apresenta o espaço urbano, que intervenção produzem nesse espaço que não está dado, acabado? Como se dá o processo de obtenção da moradia, as formas e estratégias, os meios utilizados?

Buscando um contraponto, problematizou-se também a situação de vida em seus locais de origem, o que representava a terra, a casa, a propriedade, o trabalho e em quais circunstâncias se davam. Que valores evocam e o que representam hoje? (SOUZA, João Carlos de., 1995, p. 14).

Perscrutar a *experiência* destes sujeitos significa fazer a correspondência entre o modo de produção capitalista e o processo histórico específico investigado nesta pesquisa. Significa examinar as formas pelas quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: relações de parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa, leis, instituições e ideologias – “tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto” (THOMPSON, 1981, p.188-189). Além disso, ao se debruçarmos sobre as experiências de homens e mulheres, os reinsерimos como sujeitos históricos ativos,

(...) não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182).

Como os sujeitos históricos não vivem suas experiências apenas como ideias, mas como sentimentos, Thompson indica a necessidade de articular o termo *experiência* ao de *cultura*. Cultura entendida como os modos de viver e de lutar, abarcando todas as experiências das pessoas, desde o trabalho, as relações familiares, o lazer, a religião, até as vestimentas, a alimentação, entre outros. Os costumes apresentam-se como lógicas para a elaboração de

práticas sociais como a resistência. Neste sentido, cultura é a instância onde as pessoas lidam com as pressões e limites que lhes são colocados, onde trabalham com estas dificuldades em suas consciências, criam e recriam resistências e procuram produzir as condições materiais de existência.

No Pouso Frio, principalmente durante a década de 1980, emergiram diferentes formas de organização popular e de resistência: Associações de Moradores, Pastoral Operária e Sindicatos. Frente à falta de infraestrutura no bairro e as péssimas condições de trabalho enfrentadas, estes trabalhadores elaboraram, individualmente ou coletivamente, estratégias políticas de contestação e reivindicação. A luta por direitos à cidade ganhou espaço também no interior da Câmara Municipal de Toledo, e os conflitos que perpassavam o conjunto das relações sociais está expresso nos arquivos desta instituição.

Neste sentido, torna-se pertinente a investigação a respeito destes movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que moravam no Pouso Frio, os processos de organização, suas conquistas e suas relações com o poder público municipal. É analisada também a construção dos espaços e instituições que possibilitaram e/ou contribuíram para as organizações populares no Pouso Frio, como as Associações de Moradores e a Pastoral Operária. É possível discutir também sobre as potencialidades organizativas e reivindicatórias das organizações de bairro e sobre o papel da Igreja, fundamentalmente através das Comunidades Eclesiais de Base, na formação e suporte destes movimentos urbanos.

Possibilitar uma maior visibilidade às experiências e projetos destes sujeitos significa indicar outras memórias e outras histórias que se contrapõem a memória apontada como única, que “acaba por se tornar oficial na construção da unidade social e política, que sempre trabalha no interesse de suprimir a pluralidade e as diferenças do presente.” (FENELON, Déa Ribeiro, 2000, p. 8).

A construção de uma memória e de uma história única carrega consigo a eleição de um único projeto de cidade entendido como viável e pertinente. Um projeto que é supostamente para todos, mas que exclui e segrega. Apontar outras memórias e histórias permite identificarmos outros projetos para a cidade que costumam ser ocultados e silenciados. E perceber diferentes projetos e interesses em disputa no passado, amplia também nosso olhar sobre os múltiplos projetos existentes no presente, indicando possibilidades distintas de construção de um futuro a ser compartilhado.

Tratando a cidade, no passado ou no presente, como um lugar da diversidade, e não apenas como um conceito urbanístico, temos a possibilidade de, ao valorizar a memória “que não está apenas nas lembranças das pessoas”, perceber, nos diferentes espaços urbanos, as “marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.” (FENELON, Déa Ribeiro, 2000, p. 7).

Tendo em vista as intenções e propostas desta investigação, minhas principais fontes são entrevistas orais com os trabalhadores do antigo Pouso Frio. Na seleção dos entrevistados, busquei os sujeitos que lá viveram entre as décadas de 1940 e 1980. Isto porque, já se têm registro de moradores no antigo Pouso Frio na década de 1940, e é na década de 1980 que o Projeto CURA é implantado. A delimitação temporal foi demarcada tendo em conta o momento em que transcorreram as experiências de viver no Pouso Frio, apesar de considerar que os entrevistados produziram suas narrativas no presente e as permeiam com as marcas deste tempo.

A interpretação destas fontes se fará a partir da perspectiva de que são construções narrativas e, portanto, um processo de interpretação realizado pelos sujeitos envolvidos na dinâmica. Assim, as entrevistas não serão consideradas como a realidade, mas uma versão dela que cabe ser problematizada. É um equívoco a expectativa de que o entrevistado “apresente fatos”, ou seja, narre os acontecimentos sem envolvimento pessoal, o que é impossível, visto que, como já bem apontou Alessandro Portelli (1996, p. 2), “recordar e contar já é interpretar”. A memória não é um depósito de dados e de fatos, é um movimento constante de interpretação e reinterpretação, ou seja, um processo ativo de criação de significações. A narrativa construída pelo entrevistado não é fiel à experiência histórica. Seria incoerente esperar que os sujeitos trouxessem um fato para que nós, enquanto pesquisadores, o interpretássemos. Assim,

[...] a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forçadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (PORTELLI, 1997, p. 33).

Ouvir as memórias de sujeitos históricos diversos, como os moradores do antigo Pouso Frio, com experiências singulares, é conhecer outras interpretações e versões da realidade histórica, que se distanciam da história que é definida muitas vezes como legítima, enfatizando a atuação da colonizadora Maripá na cidade e o trabalho realizado pelos descendentes de italianos e alemães.

Substancialmente influente na construção de minha perspectiva teórica e metodológica, Khoury, ao tratar das relações entre história e memória, define a história como um processo permeado por disputas entre forças sociais distintas, que envolvem valores, sentimentos e interesses. Neste sentido, o trabalho com a história oral “como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como estas especificidades influenciam a dinâmica histórica” (KHOURY, 2004, p. 117), parece ser de suma importância.

No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, temos a possibilidade de perceber os sentidos que atribuem ao passado e como a memória também se constitui como um campo de disputas e instrumento do poder. Neste sentido, a cultura apresenta-se como um campo fértil para “identificar diferenças e descobrir tendências que questionam a ordem”, possibilitando a desconstrução de processos sociais de produção de memórias e análise das relações entre história e memória (KHOURY, 2004, p. 118).

Em relação às narrativas dos sujeitos com os quais dialogamos, Khoury as compreende pertinentemente como “práticas sociais, como expressões da experiência vivida, enraizadas no social e interferindo nele” (KHOURY, 2004, p. 123). E no diálogo com A. Portelli indica que a atribuição de significados aos fatos

é um ato cultural e histórico que depende de uma relação complexa na experiência social compartilhada e na consciência de cada um. As narrativas, embora sejam pessoais, se fazem na experiência social, são constitutivas dela e são reconhecidas como tal segundo padrões de significação (KHOURY, 2004, p. 123).

Nesta perspectiva, as narrativas são entendidas como práticas que se forjam na experiência vivida e que intervém nela. E que apesar de serem elaboradas por cada sujeito em sua consciência, partem de experiências que são sempre sociais e compartilhadas (KHOURY, 2004, p. 125). Além disso, são também abertas e provisórias. Entrevistas realizadas com a mesma pessoa em momentos diferentes expressam o que o entrevistado quer enfatizar em

cada entrevista, a partir das experiências acumuladas em cada momento, incluindo aí o próprio diálogo (KHOURY, 2004, p. 128).

Nestas narrativas destacam-se os modos como os sujeitos costumam significar o passado, marcar e usar o tempo, a partir de suas próprias referências culturais e históricas, além de identificar imagens que fazem de si mesmos, das hierarquias e status familiares. Permeadas por estas relações, estas narrativas apontam ricas possibilidades de análise de padrões sociais e culturais, assim como de suas transformações (KHOURY, 2004, p. 128-129).

Outro apontamento de Khoury, diz respeito às representações que alcançam destaque e domínio públicos no transcorrer de disputas sociais,

Representações naturalizadas e largamente divulgadas numa sociedade e na tradição historiográfica, em torno de memórias de um evento, processo, ou grupos específicos, podem ser um obstáculo para percebermos diferenças reais em disputa na realidade tratada, mesmo quando identificamos múltiplos elementos constitutivos dessas representações. (...) Na compreensão da transformação histórica, parece-nos uma tarefa essencial, e ainda pouco visitada, explorar modos como memórias se fazem e se refazem, tencionam e se articulam na experiência diária, impregnadas não só nas falas, como nos gestos, comportamentos, rituais, tradições, costumes e sensibilidades; distribuídas em *outdoors*, propagadas pela mídia, forjando-se nos rumores de cada dia... (KHOURY, 2004, p. 133).

Khoury indica a possibilidade da constituição de memórias sobre determinados eventos ou processos históricos, que podem ocultar ou silenciar outras memórias, alternativas e talvez antagônicas. As narrativas produzidas pelos sujeitos que, comumente são silenciados e ocultados pelos meios de comunicação e/ou por parte da historiografia, carregam consigo uma rica possibilidade de descortinar possibilidades alternativas na realidade social (KHOURY, 2004, p. 137).

A perspectiva de análise que venho construindo em minha trajetória de pesquisa certamente deve muito ao diálogo estabelecido com os autores mencionados neste texto. É desta forma que tento conduzir a investigação sobre os modos de viver e trabalhar dos moradores do Pouso Frio de Toledo/PR – área ocupada por trabalhadores aparentemente oriundos em sua maioria de São Paulo e Minas Gerais.

Interpretar as trajetórias de vida destes sujeitos que vieram para esta região, enfatizando suas expectativas antes da vinda, as experiências vividas durante a estadia no “Pouso Frio” e a forma como se realizou a regularização dos terrenos e acesso aos serviços públicos básicos (água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e transporte, por exemplo),

parece pertinente se, ao trabalhar com as fontes, as aborde do modo que Déa R. Fenelon, Heloísa F. Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto, em “Muitas memórias, outras histórias”, indicaram ser preciso. Ou seja, considerando que “elas expressam sujeitos históricos, inseridos ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar.” (FENELON, et al., 2004, p.10).

Além das fontes orais, outras fontes apresentam ricas possibilidades para a problematização do processo histórico de constituição e regularização do Pouso Frio, assim como para a análise de alguns dos interesses em disputa: Projetos de Lei e Indicações de Vereadores, por exemplo. Para discutir a respeito dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que moravam no Pouso Frio, os processos de organização, suas conquistas e suas relações com o poder público municipal, além das fontes orais, é analisado o Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo, criada em janeiro de 1977. Esta igreja localiza-se na antiga Vila Brasil, hoje Vila Operária, bairro que dividia com o Pouso Frio o estigma de situar-se “do outro lado do rio” que corta a cidade. No Livro Tombo foram registradas anotações sobre as atividades realizadas pelas diversas capelas que atuavam por todo o Pouso Frio, inclusive sobre a atuação de trabalhadores na Pastoral Operária.

O conjunto destes materiais utilizados como fontes para esta pesquisa, assim como a bibliografia produzida sobre o tema, é pensado enquanto práticas materializadas por diferentes sujeitos que não só interpretam os processos históricos dos quais fazem parte, como também buscam intervir e pautar suas demandas na sociedade. Neste sentido, todo o material é visto não como definição ou materialização de fatos passados e em processo, mas como interpretações historicamente constituídas e produzidas por seus autores.

Com este cuidado, avalio ser possível perceber, coerentemente, como estes sujeitos, a partir de seus modos de viver e trabalhar, da sua cultura, elaboraram expectativas em relação ao viver na cidade e de que formas lutaram pelo que avaliaram serem seus direitos. Entre os projetos nos quais estavam envolvidos, por iniciativa própria ou por imposição do poder público municipal, destaca-se a regularização dos terrenos nos quais moravam, o alargamento de ruas, a implantação da rede de esgoto, de energia elétrica e de água encanada, que ocorreu na década de 1980.

Apesar de existirem evidências que nos permitem identificar neste processo a atuação permanente dos moradores – reivindicando melhorias ou resistindo a determinadas mudanças, pressionando de alguma forma o poder público municipal – os jornais locais e os governos

municipais parecem ter se preocupado em construir uma memória que atribua a um ou a outro prefeito a regularização do antigo Pouso Frio. Ocultando, especialmente, quaisquer conflitos que tenham permeado este processo. A memória que se tenta construir é de uma ação supostamente concedida por bondade e completamente benéfica ao conjunto de moradores. Nesta memória construída, ganha visibilidade apenas um projeto para a cidade – que se apresenta como projeto de todos e para todos, mas que exclui e segrega – e outros projetos são ocultados e silenciados.

Na entrevista que Raquel Rolnik cedeu a Manoel Lemes da Silva Neto em agosto de 2008, os dois professores concordaram que a política urbana tradicional ignora a diversidade e as diferenças e trabalha com uma matriz única. A matriz urbanística brasileira (planejamento urbano, regras de uso e ocupação do solo, modelos de política habitacional) é excludente. Isto porque jamais dialogou com a diversidade cultural, econômica e social que existe nas diferentes cidades.

Tendo em vista estas considerações, o diálogo com antigos moradores do bairro me parece uma possibilidade instigante de perceber outros elementos que compõe este processo histórico, incluindo a participação ativa destes sujeitos na elaboração de outros projetos para a cidade. Parece-me pertinente buscar compreender de que maneira se posicionaram em relação à regularização e de que forma atuaram. Quais suas expectativas e anseios. Como aponta Khoury, além de a entrevista representar uma oportunidade para a pessoa falar de si mesma e de suas próprias experiências, possibilita ao pesquisador alargar os horizontes da história e da memória, tendo em vista a afirmação de presenças sociais por vezes ocultas em outros meios (KHOURY, 2004, p. 137).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: **Cidades**. 1. Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. Olho d'água. 2000.
- FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.
- KOWARICK, L. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista ANPOCS**. N. 3, 1987.

LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo”** nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º.2, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **IPEA: políticas sociais – acompanhamento e análise**. 12. Fev. 2006 (p.199-210).

_____. **O direito à moradia no Brasil e no mundo**. Entrevista concedida a Manoel Lemes da Silva Neto. 26/08/2008.

_____. Direito à moradia. In: **IPEA: desafios do desenvolvimento**. Ano 6. Edição 51. 07/06/2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1034:catid=28&Itemid=23. Acessado em: 09/11/2014.

_____. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. In: **Emetropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. N.º5, junho de 2011.

SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/franciellendoval.pdf>. Acessado em: 14/11/2014.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.